

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS

**NOTAS SOBRE O ESQUECIMENTO E A FERIDA EXPOSTA NO POEMA
“RE COSTURA” DE MARCELO MÁRIO DE MELO**

VITÓRIA

2022

ELIAS DE OLIVEIRA LIMA JUNIOR

**NOTAS SOBRE O ESQUECIMENTO E A FERIDA EXPOSTA NO POEMA
“RE COSTURA” DE MARCELO MÁRIO DE MELO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) realizado sob a orientação do Professor Doutor Nelson Martinelli Filho.

VITÓRIA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Nilo Peçanha do Instituto Federal do Espírito Santo)

L732n Lima Junior, Elias de Oliveira.
Notas sobre o esquecimento e a ferida exposta no poema recostura
de Marcelo Mário de Melo / Elias de Oliveira Lima Junior. – 2022.
48 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Nelson Martinelli Filho.

Monografia (graduação) – Instituto Federal do Espírito Santo,
Coordenadoria do Curso Superior de Licenciatura em Letras -
Português. Vitória, 2022.

1. Ditadura. 2. Literatura - História e crítica. 3. Melo, Marcelo Mário
de, 1944-. 4. Autoritarismo. 5. Memória. I. Martinelli Filho, Nelson. II.
Instituto Federal do Espírito Santo. III. Título.

CDD 21 – 321.9

Elaborada por Ronald Aguiar Nascimento - CRB-6/MG – 3.116

ELIAS DE OLIVEIRA LIMA JUNIOR

**NOTAS SOBRE O ESQUECIMENTO E A FERIDA EXPOSTA NO POEMA
RECOSTURA DE MARCELO MÁRIO DE MELO**

Monografia apresentada à
Coordenadoria do Curso Superior de
Licenciatura em Letras- Português como
requisito parcial para obtenção do título
de Licenciado em Letras-Português.

Aprovado em 16 de dezembro de 2022

COMISSÃO EXAMINADORA



Dr. Nelson Martinelli Filho Instituto
Federal do Espírito Santo Orientador



p/

Dr. Mariana Passos Ramalhete
Instituto Federal do Espírito Santo
Membro Interno



p/

Me. Cleidson Frisso Braz
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Externo

Dedico esta pesquisa aos meus sobrinhos,
pois por meio deles eu soube
o que é ser amado
e aprendi a amar
sem ser violentado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço intensa e imensamente o professor Nelson Martinelli Filho, que incentivou esta pesquisa, por acreditar no meu potencial e me fazer acreditar em mim mesmo, por ser um professor incrível e um ser humano ainda melhor. Gratidão eterna.

Aqui fora o mundo é apenas um mau jeito de viver.

Marcia Tiburi

RESUMO

Nesta monografia pretende-se esboçar uma reflexão acerca do poema *Recostura* de Marcelo Mário de Melo em diálogo com eventos autoritários recentes no Brasil e a partir disso apontar notas sobre os abusos do esquecimento coletivo e suas implicações sociais e políticas. A interpretação do poema será feita de forma filosófica a partir dos versos para compreender a política da des-memória no Brasil e a sustentação ideológica por via amnésica. Nesta reflexão busca-se também fazer uma breve análise do ressentimento, da identificação do povo brasileiro com o discurso e com os líderes autoritários, a cultura administrativa do gozo e uma breve análise da ferida coletiva a partir da “dor latente” e da “dor exposta” escrita nos versos do poeta e busca-se entender a relação de identificação de uma parte do povo brasileiro com figuras públicas notadamente autoritárias. Para essa reflexão convocam-se as obras *Como conversar com um fascista* e *Complexo de vira-lata*, ambas da filósofa, artista plástica, escritora e ativista feminista Marcia Tiburi; assim como *Luto e Melancolia* e *Totem e Tabu* de Sigmund Freud; o artigo *O ressentimento chegou ao poder?* da psicanalista e escritora Maria Rita Kehl e a obra fenomenológica *A memória, a história, o esquecimento* de Paul Ricoeur para compor a interface do diálogo.

Palavras-chave: autoritarismo; poesia; testemunho; esquecimento; ditadura.

ABSTRACT

This monograph aims to outline a reflection on the poem *Recostura* by Marcelo Mário de Melo in dialogue with recent authoritarian events in Brazil and from this point out notes on the abuses of collective forgetfulness and its social and political implications. The interpretation of the poem will be done in a philosophical way based on the verses to understand the politics of memorylessness in Brazil and ideological support through amnesia. In this reflection we also seek to make a brief analysis of resentment, the identification of the Brazilian people with the discourse and authoritarian leaders, the administrative culture of enjoyment and a brief analysis of the collective wound based on the “latent pain” and the “pain exposed” written in the poet’s verses and seeks to understand the identification relationship of a part of the Brazilian people with notably authoritarian public figures. For this reflection, the works *Como converse com um fascista* and *Complexo de mongrel*, both by the philosopher, artist, writer and feminist activist Marcia Tiburi, are called upon; as well as *Mourning and Melancholy* and *Totem and Taboo* by Sigmund Freud; the article *Did resentment come to power?* by psychoanalyst and writer Maria Rita Kehl and the phenomenological work *Memory, History, Oblivion* by Paul Ricoeur to compose the interface of the dialogue.

Keywords: authoritarianism; poetry; a testimony; forgetfulness; dictatorship.

SUMÁRIO

1	A DESMEMÓRIA DESCOSTURA O FIO DA HISTÓRIA	3
2	NOTAS SOBRE O ESQUECIMENTO	6
3	A MEMÓRIA E A SIMBOLIZAÇÃO DO LUTO IMPEDIDA.....	11
4	A FERIDA EXPOSTA E O DESEJO DE VINGANÇA	13
5	A MELANCOLIA E O RESENTIMENTO DOS BRASILEIROS.....	18
6	A ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA DO GOZO.....	20
7	A POPULAÇÃO ENQUANTO MASSA	23
8	EXÍLIOS	28
9	O SADMASOQUISMO BRASILEIRO	32
10	O DESEJO DE MATAR.....	33
11	A MANIPULAÇÃO DA MEMÓRIA	35
12	A COMPULSÃO À REPETIÇÃO QUE NOS LEVA AO FASCISMO.....	35
13	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
14	REFERÊNCIAS	39

1 A DESMEMÓRIA DESCOSTURA O FIO DA HISTÓRIA

Recostura

Muitos gigas em desmemória
descosturam
o fio da história
des-contando
o acontecido.
Fio rompido
mal tecido
faz o manto
que encobre
dor latente
dor exposta.
Resta então
rasgar o manto
E refazer a costura.

Marcelo Mário de Melo

O Brasil tem um passado cujas marcas nos perseguem até os dias atuais. A violência institucional, durante o regime militar, resultou em inúmeros assassinatos, torturas, prisões arbitrárias, “suicídios” e “desaparecimentos”. No entanto, como os brasileiros foram capazes de votar em 2018 em políticos cujos discursos são fascistas? Como uma sociedade que viveu a barbaridade da ditadura civil-militar pode exigir intervenção militar?

O poema “Recostura” do ex-presos político e poeta Marcelo Mário de Melo nos traz questões para pensar a história brasileira esquecida por razões ideológicas e políticas. A política da desmemória, isto é, a produção do esquecimento da própria história de um povo, produz uma massa alienada de si mesma e, como toda massa busca um líder para obedecer, uma grande parcela dos brasileiros se identifica com os discursos de líderes autoritários que produz inimigos públicos e os culpabilizam por crises sociais, políticas e culturais. O poema propõe reflexões

acerca de nossa cultura em relação àquilo que faz com que os brasileiros continuem aprisionados a um círculo vicioso de violência.

A razão desta pesquisa se dá no contexto em que os brasileiros, após sofrer um golpe de Estado em 2016, com a deposição da presidenta Dilma Rousseff, abraçaram o autoritarismo institucional e ainda o defendem, quando também exigem em manifestações públicas a intervenção militar. Este artigo também é resultado de anos de participação no Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC) no Ifes de Vitória (Espírito Santo), coordenado por Nelson Martinelli Filho, que também me orientou durante o processo de escrita. A pesquisa, oportunamente, busca entender uma parcela da população brasileira, esta que se manifesta autoritária e violentamente sem nenhum pudor. Entretanto, o objeto aqui analisado é essa parte da população e não ela como um todo.

Diante disso, a literatura de testemunho nos oferece um arsenal poético capaz de dar contorno a esta “compulsão à repetição” no qual o povo brasileiro ainda padece. Para essa reflexão, Márcio Seligmann-Silva e Jaime Ginzburg, bem como Aleida Assmann nos ajudam a pensar a importância dessa literatura para a compreensão de nossa história. A poesia não deve servir ao deleite estético de uma classe, antes de tudo, a poesia deve ser uma arma política pela busca do estranhamento diante da realidade do mundo. A literatura de testemunho, neste sentido, une ética e estética a fim de juntar os cacos da história e, por meio das costuras entre os versos e a evocação de imagens catastróficas, produzir uma politização estética a partir dos rastros da memória e, assim, uni-la aos restos da história e nos provocar novas percepções acerca da nossa identidade social e cultural. Para pensar o esquecimento histórico, o ressentimento brasileiro e a ferida exposta dos brasileiros, Paul Ricoeur, Sigmund Freud, Maria Rita Kehl e Marcia Tiburi nos trazem teses fundamentais para elucidarmos algumas questões acerca do inconsciente e seus mecanismos em escala coletiva.

A literatura de testemunho, distante da ideia de arte pela arte, nos faz questionar a história oficial e repensar a tarefa da arte numa sociedade em que a banalidade do mal se naturalizou. Em seu artigo “Linguagem e trauma na escrita do testemunho” (2008), Ginzburg escreve:

[...] o estudo do testemunho articula estética e ética como campos indissociáveis de pensamento. O problema do valor do texto, da relevância da escrita, não se insere em um campo de autonomia da arte, mas é lançado no âmbito abrangente da discussão de direitos civis, em que a escrita é vista como enunciação posicionada em um campo

social marcado por conflitos, em que a imagem da alteridade pode ser constantemente colocada em questão. (GINZBURG, 2008)

Em contraposição à ideologia nacionalista, a poesia dos presos políticos torturados na ditadura militar nos provoca uma outra ideia de nação e de uma tentativa de projeto de país impedido de se exercer, de se expressar e adquirir corpo político institucional. Neste sentido há uma ferida exposta, um trauma não elaborado, não simbolizado, uma ferida aberta que putrefata, expõe o que há pior em nós em sociedade. Ginzburg acrescenta que:

A literatura de testemunho também não se filia aos ideários nacionalistas, tão importantes na historiografia canônica brasileira. Há uma relação direta entre ideologias nacionalistas e exclusão, e se trata no testemunho de atribuir voz a subalternos excluídos (PENNA: 2003, 317). O nacionalismo habitualmente elege uma concepção identitária fixa e unitária, deixando à margem segmentos tidos como inferiores ou perturbadores. Fundamentalmente, o testemunho se coloca em oposição ao discurso oficial do Estado e às repressões institucionais (GARCÍA: 2003, 21). (GINZBURG, 2008)

Desta forma, faz-se importante analisar e refletir questões da sociedade brasileira à luz da literatura de testemunho a fim de que não venhamos a cometer os mesmos erros do passado. Ricoeur, em *A história, a memória, o esquecimento* (2007) afirma que “a glória de uns foi humilhação para outros. À celebração, de um lado, corresponde à execração, do outro. Assim se armazenam, nos arquivos da memória coletiva, feridas simbólicas que pedem uma cura.” (p.72). Portanto, há ainda um dever social de se elaborar os traumas passados e de se curar as feridas recentes provocadas por um Estado autoritário e a escrita poética dos presos políticos configuram instrumentos fundamentais para elaboração desse passado que sempre retorna e para a cicatrização dessa ferida que se encontra sempre aberta.

Marcia Tiburi, em “Complexo de vira-lata: análise da humilhação brasileira” (2021) realiza uma análise antropofilosófica que tem como foco a humilhação histórica do povo brasileiro que até os dias atuais segue seu percurso sem limites. A filósofa gaúcha alerta também para uma produção sub e intersubjetiva na modernidade que, submetida aos tentáculos da sociedade do espetáculo, se forma e se desenha por afetos que envolvem ressentimentos, inveja e desejos de vingança. A filósofa faz uma análise do personagem shakespeariano Hamlet para discorrer sua análise e nos alerta para essa subjetividade que tem, obsessivamente, um desejo de matar: “O pai fantasma não foi interiorizado senão como uma imagem autoritária que retorna como uma forma exterior conhecida”. Alegoricamente falando, o pai, o pátria, o *pater potestas* é violento

porque tem e exerce o poder absoluto sobre seus filhos, que sofrem com suas violências físicas, simbólicas, históricas e subjetivas.

Marcelo Mário de Melo nasceu em 1944, no município de Caruaru, em Recife, e se formou em Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Começou a atuar no movimento estudantil aos 17 anos de idade e, no mesmo ano, se filiou ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). No ano de 1968, durante o regime civil-militar, após o Ato Institucional nº5 (AI-5), Marcelo participou do processo de fundação do PCBR, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Atualmente ele integra uma corrente interna do Partido dos Trabalhadores (PT) chamada Brasil Socialista (BS).

O autor do poema *Recostura* foi preso em março de 1971, ficando detido na Casa de Detenção de Recife até 1973, quando foi enviado neste ano para a Penitenciária Professor Barreto Campelo em Itamaracá, e ficou preso até abril de 1979, sendo solto 8 anos depois. Melo também é escritor de poemas, textos de humor e contos, tendo publicado *Os Colares e as Contas - Poemas Políticos*, em 2012, *Adversos Resistentes* (no qual o poema *Recostura* se inclui), em 2019, *Manifesto da Esquerda Vicejante - Mais Textos e Poemas*, em 2005, *O Elefante Mágico*, em 2017, *Dicionário Poético Militante*, em 2018, *Manifesto Masculinista*, em 2021, *Rumos Resistência - Poesia Cidadania*, em 2022 e *Perfil Parlamentar do Século 20 - Josué de Castro*, em parceria com Teresa Cristina Wanderley, em 2007 e *Perfil Parlamentar do século 20 - David Capistrano*, em 2023, *Os Quatro Pés da Mesa Posta*, de 1980; Participa das antologias: *Pernambuco Terra da Poesia*, de 2005; *Coletânea Poética 3*, de 2004, *Amigos do Cordel 1 - Movimentos Sociais*, de 2008; *Coletânea de Textos de Humor*, de 2007.

2 NOTAS SOBRE O ESQUECIMENTO

Aleida Assmann, em seu livro “Espaços de Recordação”(2011), afirma que o passado obscuro da história permanece estranho e inacessível. Parafraseando Thomas Carlyle (1870), a autora reafirma que a história “não se mede mais conforme o que se conservou, mas conforme o que se perdeu” e acrescenta: “o que chega da história até nós não é mais que um farrapo miserável”(p. 224). Partindo do pressuposto de que a história se dá (e se deu) por tensões, disputas, conflitos e guerras, há discursos vigentes na sociedade brasileira que buscam interpretações que justificam os abusos de poder do Estado e a literatura de testemunho vai de encontro às estas interpretações que afastam a população da sua própria história.

Na contramão da literatura canônica, a literatura de testemunho dá voz para a produção de uma consciência histórica acerca do nosso passado que insiste em assombrar o presente. Por meio dela é possível produzir um corpo literário daqueles que foram esquecidos, apagados, torturados, mortos e silenciados pela história oficial. Jaime Ginzburg, em seu artigo “Linguagem e trauma na escrita de testemunho”, afirma que “o estudo do testemunho articula estética e ética como campos indissociáveis de pensamento” e que ela se caracteriza especificamente pela “conexão direta dos textos com a defesa de direitos civis, em contrariedade aos autoritarismos institucionais” (GINZBURG, 2008, p. 2).

Paul Ricoeur, em sua obra *A memória, a história, o esquecimento*, afirma que “lembrar não é somente acolher, receber uma imagem do passado, como também buscá-la, ‘fazer’ alguma coisa”, e acrescenta que, “o que esse verbo (lembrar) designa é o fato de que a memória é ‘exercitada’” (RICOEUR, 2007, p. 71). Nesse sentido, a literatura de testemunho surge como uma possibilidade de se criar imagens que possa tentar constituir uma outra memória referente a ditadura civil-militar, isto é, constituir imagens por meio dos versos e da prosa daquilo que foi apagado pela história a fim de criar um corpo textual àquilo que foi tratado como detrito da história oficial.

Jeanne Marie-Gagnebin escreveu em seu artigo “O rastro e a cicatriz: metáforas da memória” (2002) que:

Desde a Ilíada, o poeta tenta erguer um pequeno túmulo de palavras, orais e decoradas, depois escritas e recopiadas, em homenagem à glória dos heróis mortos. Jean Pierre Vernant (1989, p. 70-73) nos lembra que a palavra *sema* tem como significação originária a de "túmulo" e, só depois, a de "signo". Pois o túmulo é signo dos mortos; túmulo, signo, palavra, escrita, todos lutam contra o esquecimento. (GAGNEBIN, 2022, p. 112)

É no atual contexto autoritário brasileiro que a interpretação filosófica do poema do ex-presos político e poeta Marcelo Mário de Melo se faz precisa. O leme central que se percebe no poema é o esquecimento como forma de silenciamento daquilo que é indesejável oficialmente e que não deve ser lembrado ou lembrado em nome de uma “memória feliz”, “apaziguadora” para gerar um clima coletivo de “bem-estar social” e de orgulho nacionalista. A poesia dos presos políticos, em contraposição ao esquecimento institucional, constitui uma estela funerária na qual a memória dos que lutaram e não se renderam, mas se foram, não seja apagada. Ginzburg acrescenta que “a escrita do sobrevivente se vincula à memória daqueles que não

sobreviveram.” (GINZBURG, 2008, p.3) Contudo, escrever é também uma forma de dar tûmulo aos mortos, para que não sejam esquecidos (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 55).

Nos primeiros versos de “Recostura”, Marcelo Mário de Melo traz o esquecimento, a *desmemória*, como um problema social, e também, por que não, político?

Muitos gigas em desmemória

descosturam

o fio da história

des-contando

o acontecido.

(MELO, 2019, p. 72)

O poema foi escrito em 2018, antes do resultado do segundo turno das eleições presidenciais e ele dedicou ao amigo maestro nordestino, Geraldo Menucci (*in memoriam*, 1929-2021), ex-combatente da ditadura militar, atuante do Movimento pela Cultura nos anos 60 - juntamente com Paulo Freire e Dom Helder Câmara - e exilado político na época do regime. O poeta traz nestes versos a questão tecnológica por meio dos vocábulos “muitos gigas” - o que remete à sociedade na era da pós-verdade, das fake news, da desinformação e da desmemória ou do esquecimento programado. Da anistia de 1979 aos dias de hoje, a história descostura-se, impedida de ser recontada, re-costurada ou - por que não? -, reprimida e censurada?

Eventos recentes no Brasil escancaram o que se pretende ocultar. O filme *Marighella*, do ator e diretor Wagner Moura, que retrata a vida do revolucionário Carlos Marighella durante sua luta armada contra a ditadura, teve sua estreia proibida em 2019 e o processo de financiamento adiado pela Ancine (Agência Nacional de Cinema) por mais de dois anos. Quando se pensa em memória, deve-se pensar também em disputa de narrativas históricas sobre o passado, e, no caso da lei nº 6.683 de 1979, conhecida como Lei da Anistia, há, por meio do Estado, um abuso institucional de memória que configura também um abuso de esquecimento - o esquecimento comandado -, o qual Ricoeur escreveu em *A memória, a história, o esquecimento* (2007) sobre o manejo político-ideológico da memória e do esquecimento por detrás da anistia:

Os abusos de memória colocados sob o signo da memória obrigada, comandada, têm seu paralelo e seu complemento nos abusos de esquecimento? Sim, sob formas institucionais de esquecimento cuja fronteira com a amnésia é fácil de ultrapassar: trata-se principalmente da anistia e, de modo mais marginal, do direito de graça, também chamado de graça anistiantes. [...] Mas a anistia, enquanto esquecimento institucional, toca nas próprias raízes do político e, através deste, na relação mais

profunda e mais dissimulada com um passado declarado proibido. (RICOEUR, 2007, p. 459-460)

Os versos de Melo e a citação de Ricoeur nos lançam uma questão a se pensar: que é por meio do esquecimento que se desenha politicamente uma identidade coletiva condenada a repetir os mesmos erros do passado e que é por meio institucionais que se produz a alienação do povo brasileiro com a sua própria identidade e história diante de um Estado autoritário. “Romper o fio”, “tecer mal” o nosso “tecido social” (entende-se texto social tecido pelas mãos de quem produz memória e esquecimento institucionais) produz o “manto que encobre dor latente, dor exposta”.

Fio rompido

mal tecido

faz o manto

que encobre

dor latente

dor exposta.

(MELO, 2019, p.72)

A palavra "texto" vem do latim *texere* (construir, tecer), cujo passado participio *textus* era usado como substantivo e significava “maneira de tecer”, ou “coisa tecida”, e ainda mais tarde, “estrutura”. Foi por volta do século 14 que a evolução semântica da palavra atingiu o sentido de “tecelagem”, “estruturação de palavras”, ou “composição literária”. A censura ao filme de Wagner Moura aponta, por exemplo, que é por meio da arbitrariedade dos agentes do Estado que se obtém a autorização para “narrar a história” e “tecer o fio” (entende-se, aqui, tecer por produzir textos, discursos), “costurar, contar”, isto é, “ligar os pontos” sobre o acontecido, que, no caso do poema, é a anistia aos torturadores e o dever de se esquecer do trauma vivido por meio do perdão do Estado. Por conseguinte, cabe ao intelectual relacionar suas análises sociais e textuais aos eventos que ocorrem em seu país na busca pela integração entre o objeto analisado e a experiência dos sujeitos em seus cotidianos.

Portanto, o autoritarismo brasileiro se sustenta por meio de discursos institucionais e de práticas abusivas do Estado e cabe aos produtores de discursos nos debates políticos produzir contradiscursos e combater a narrativa distorcida da realidade, como propõe Ricoeur:

Enquanto ativo, esse esquecimento acarreta o mesmo tipo de responsabilidade que a imputada aos atos de negligência, de omissão, de imprudência, de imprevidência, em todas as situações de não-agir, nas quais, posteriormente, uma consciência esclarecida e honesta reconhece que se devia e se podia saber ou pelo menos buscar saber, que se devia ou se podia intervir. Reencontra-se assim, no caminho da reconquista pelos agentes sociais do domínio de sua capacidade de fazer narrativa, todos os obstáculos ligados ao desabamento das formas de socorro que a memória de cada um pode encontrar nas dos outros enquanto capazes de autorizar, de ajudar a fazer a narrativa de modo ao mesmo tempo inteligível, aceitável e responsável. Mas a responsabilidade da cegueira moral recai sobre cada um. Aqui o lema das *Luzes*: *sapere aude!* Saia da menoridade! pode ser reescrito como: ouse fazer narrativa por ti mesmo. (RICOEUR, 2007, p. 456)

Desta forma, Ricoeur chama a atenção para a ação ética e política de se produzir o esclarecimento da história do povo contra uma “ideologização da memória” (entende-se aqui o conceito de ideologia de Karl Marx, isto é, como um “manto” “bem” tecido que esconde a verdade sobre o povo e sua condição social, econômica, política e histórica) e produzir o discernimento diante da versão autoritária, que é a versão oficial:

Para quem atravessou todas as camadas de configuração e de refiguração narrativa desde a constituição da identidade pessoal até as das identidades comunitárias que estruturam nossos vínculos de pertencimento, o perigo maior, no fim do percurso, está no manejo da história autorizada, imposta, celebrada, comemorada - da história oficial. (RICOEUR, 2007, p. 455)

Neste sentido, o povo só poderá pertencer, de fato, a sua própria história se esta for esclarecida com base na leitura e na compreensão dos fatos históricos para que não haja mistificações ou narrativas que distorçam as fontes históricas que se tem acesso, pois o próprio povo pode cair na estória da história, visto que que a história da humanidade, (isto é, do ser social inserido em contextos sociais, políticos, culturais e econômicos) é também uma espécie de estória, pois só temos acesso ao passado por meio de narrativas, afirma o fenomenólogo francês afirma em *Tempo e Narrativa* (1994). A História é, para Ricoeur, uma grande narrativa que comporta ideologias sempre em conflito, armada de intrigas, composta por um enredo que não se acaba e que traz os agentes sociais como personagens numa grande trama de conflitos e interesses (RICOEUR, 1994, p.246). Desta forma há muito o que se fazer em relação aos discursos negacionistas que se produzem atualmente, visto que o revisionismo histórico conspiratório e a falta de honestidade intelectual por boa parte dos jornalistas e intelectuais de direita no país estão em vigência.

Contrariamente à produção de uma memória coletiva emancipadora, o Estado tenta, a todo tempo, evitar o escancaramento da dor latente de quem foi vítima da ditadura militar, que foi o

caso de Melo, o autor do poema aqui interpretado, que foi preso arbitrariamente e torturado por 15 anos, vendo seus amigos sendo torturados e mortos e tendo que lidar com as mentiras oficiais dos supostos “desaparecidos” e dos supostos “suicídios” em cela, nos quais os militantes eram mortos por policiais do DOPS¹. As mentiras oficiais produzem o manto no qual a ideologia burguesa capitalista esconde seu rosto.

3 A MEMÓRIA E A SIMBOLIZAÇÃO DO LUTO IMPEDIDA - O NÃO-DIREITO À MEMÓRIA COMO VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

A palavra “manto” vem do latim ibérico *mantus* e este do latim tardio *mantum*, que se refere a uma espécie de capa ou coberta, podendo ser curta ou longa. De acordo com o dicionário online *Michaelis*², a palavra manto carrega o significado figurado sobre algo que sofre de “ausência de luz”, que está sob uma “revestida escuridão”, isto é, o manto é um tecido que encobre algo por meio daquilo que se esconde nele. Neste sentido é que podemos falar dos abusos da memória oficial brasileira (ou a nossa falta de memória original).

Destarte, o poema *Recostura* evoca em seus versos a desmemória que impede que o fio da história seja tecido, “costurado” e que essa não-memória produz o manto que encobre a dor latente, a dor exposta.

Há um poema de Alípio Freire (*in memoriam*) incluído numa coletânea de poemas organizados por Alberto Pucheu no livro *Poemas para exumar a história viva*, também ex-presos político e torturado no regime civil militar, chamado *Da tragédia* que diz:

Nós sobrevivemos
ao pau-de-arara

Mas o pau-de-arara
também sobreviveu.

(FREIRE, 2021, p.138)

¹ O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), criado em 30 de dezembro de 1924, foi um órgão do governo brasileiro utilizado para a repressão aos movimentos sociais e populares e servia também centro de tortura durante a ditadura do Estado Novo sendo retomado essa prática no regime militar. Nos dois períodos ditatoriais, as vítimas preferenciais eram os militantes de partidos de esquerda.

² Link de acesso: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/manto%20/>

Jornalista, escritor e artista plástico, Alípio Freire nasceu em Salvador no dia 4 de novembro do ano de 1945, foi militante da Ala Vermelha, grupo dissidente do PC do B, que combateu a ditadura militar por meio da luta armada. Foi preso aos 23 anos pela Operação Bandeirantes (Oban). Depois de três meses de torturas e interrogatórios, foi transferido para o Presídio Tiradentes, onde ficou preso entre 1969 e 1974. Após a prisão, seguiu com o jornalismo e a militância, sendo um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT). Anistiado pelo Ministério da Justiça desde 2005, escreveu vários livros, entre eles, “Estação Paraíso” e “Estação Liberdade”. Em 2013, lançou seu primeiro documentário, chamado *1964 – Um golpe contra o Brasil*. Morreu de covid em 2021 aos 75 anos.

Este poema de Freire se relaciona perfeitamente com o tom da próxima reflexão. O poema *Recostura* traz os emblemáticos versos aqui já analisados anteriormente: “Fio rompido/ mal tecido/ faz o manto/ que encobre/ dor latente/ dor exposta.”. Os versos dão margem a uma interpretação de que o esquecimento produz acobertamento, e sabe-se que tudo que é coberto por algo é protegido na intenção de conservar. O que se pretende conservar com a memória oficial? Será que o povo brasileiro tem direito à memória?

Um evento no dia 11 de maio de 2022, chocou a população navegante das redes sociais no Brasil ao circular por meio delas um vídeo em que policiais civis do Rio de Janeiro, na zona norte da cidade, destruíam um memorial de concreto erguido pela comunidade do Jacarezinho¹ no dia 6 de maio de 2022 numa praça pública em homenagem às 28 pessoas mortas um ano antes em uma das operações mais letais da história da cidade, nomeada de "Exceptis". O bloco de concreto pintado de azul com uma placa de metal continha os nomes das 28 vítimas do confronto entre policiais e traficantes do morro do Jacarezinho - inclusive o nome do policial André Leonardo de Mello Frias, que morreu na operação. Levando em consideração o que Ricoeur escreveu sobre a necessidade de se produzir narrativas na contramão das narrativas oficiais, fica evidente, portanto, que o povo brasileiro, ao tentar produzir a sua memória “real”, é interdito pelo Estado, que intervém, seja censurando, seja “demolindo-a”.

Nota-se neste evento o impedimento da simbolização do luto, a repressão violenta e autoritária do direito à memória proibido, a violação humana, sobretudo, do direito à linguagem, pois é ela que nos constitui enquanto seres políticos e sociais. Desta forma, o Estado impede que o sujeito seja autônomo e portador de sua voz, de sua história, deixando-lhe apenas a dor.

4 A FERIDA EXPOSTA E O DESEJO DE VINGANÇA

Reprimindo as “memórias tristes” de uma vida social danificada em todos os sentidos, no qual o fascismo se desdobra, os brasileiros das periferias se veem impedidos de simbolizar o luto¹, o que torna, neste sentido, grande parte da população brasileira, (e lê-se aqui a periferia que é vítima de um verdadeiro genocídio da população negra do país)², enlutada. Essa grande parcela impedida de simbolizar o seu luto, é também impedida de cicatrizar suas feridas, e não elaborando suas dores, por meio de gestos políticos que simbolizam suas perdas, surge nesta população, portanto, o desejo de vingança, tópico que abordarei mais adiante. O impedimento da elaboração de suas dores produz sujeitos ressentidos e vingativos, que buscam sempre culpar os outros por sua infelicidade.

Segundo Marcia Tiburi, num evento do Sindicato dos trabalhadores em educação pública do estado Paraná (APP), que ocorreu em 2016: “Uma das características fundamentais da personalidade autoritária, a meu ver, é a incapacidade de se conectar com a própria dor.” (TIBURI, 2016). E qual é a dor do morador periférico? Ser pobre e ser considerado inferior numa sociedade capitalista em que a lógica da medida impera. E numa sociedade de classes em que as pessoas aprendem a se medirem em superiores e inferiores, o pobre é humilhado, difamado, injuriado, envergonhado publicamente em estabelecimentos burgueses, expulsos muitas vezes desses estabelecimentos como se não fosse gente, como se não fossem humanos. Operações policiais sempre acabam em mortes dessas pessoas que são consideradas matáveis pelo Estado. Essa dor e humilhação que o próprio Estado produz nessa grande parcela da população brasileira, que é mestiça, produz a personalidade autoritária, ou seja, produz o fascismo, cujo sujeito é aquele que não consegue lidar com sua própria dor, com a humilhação que constitui sua história. Segundo Tiburi (2016):

“Se eu estou me perguntando como me torno quem eu sou, em algum momento da minha história, na minha avaliação, digamos, anamnésica, quando eu faço a minha anamnese, quando eu vou a minha genealogia, quando eu começo a lembrar de onde eu vim, como eu vim, o que me aconteceu e o que me importa hoje, o que me interessa hoje, com quem eu me relaciono hoje, em algum momento vai aparecer a minha dor. E eu vou entender se eu sou mais ou menos fascista, dependendo da minha capacidade de me relacionar com aquilo que me dói. E podem saber, os fascistas não conseguem, e por isso eles sempre aparecem para nós como pessoas muito ressentidas. [...] Ninguém está livre de fascismo. Importante avaliar isso” (TIBURI, 2016)

Impedida de simbolizar o seu luto, de se relacionar saudavelmente com a própria dor, essa grande parte da população se torna melancólica (ou deprimida), enlutada ou/e ressentida, em diversos graus, nem sempre combinados, porém todo esse sofrimento e tristeza se transformam em ódio, em violência, como reação e forma de defesa, pois como escreveu Adorno e Horkheimer em *Dialética do Esclarecimento* “Os proscritos despertam o desejo de proscreever. No sinal de que a violência deixou neles a inflamação incessante da violência.” (2006, p.151). Nesse sentido, os marginalizados pela sociedade desejam marginalizar os outros, como resposta àquilo que sofrem, como desejo de causar aos outros aquilo que o Estado capitalista e racista causa neles, ou seja, humilhação e violência. A violência produz seres humanos violentos e a humilhação produz o desejo de humilhar. A perda constante de seus entes queridos em operações policiais torna constante as perdas dos elos simbólicos familiares e afetivos significativos que constituem a base fundamental para o desenvolvimento psicológico, afetivo, familiar, político e social de que todo ser humano precisa para estabelecer uma relação simbólica com o mundo, isto é, uma relação que estabeleça a união entre o sujeito e as possibilidades dele estar no mundo contra a relação diabólica com o mundo dessa grande parte da população.

Na filosofia existencialista, o simbólico corresponde à abertura de si para outras versões e possibilidades de si mesmo. Na relação simbólica há uma integração que gera uma união do indivíduo consigo e com os outros. É uma abertura existencial, afetiva, psicológica, política e espiritual que gera novas possibilidades de existência para o indivíduo e para o mundo em que ele vive. A percepção de que se existe no capitalismo, onde se é convencido de que o sujeito é culpado por tudo que lhe acontece, adoce a consciência e faz da existência um pavor entorpecente. Na relação do sujeito simbólico, é a abertura subjetiva para a alteridade de si e do outro que o molda, o transforma e o modifica enquanto ser humano. Na relação diabólica, ocorre o oposto: o indivíduo se fecha em si mesmo, como um caracol medroso (talvez traumatizado?) diante dos obstáculos, então ele passa a ter uma visão limitada do mundo e da vida diante das complexidades da existência que ele encontra na realidade em que vive e opta pelo caminho que parece mais seguro e mais fácil, impossibilitando-se de fazer algo diferente de tudo que viveu. É a alteridade negada a essa própria identidade que busca se conservar na simplificação da vida. Ocorre, desta forma, uma rejeição a si mesmo, (a esse outro que pode surgir nele a partir de outros desejos próprios), na tentativa neurótica de se manter o mesmo numa fuga daquilo que ele pode vir a ser. Esse conflito produz uma consciência perturbada, um espírito cheio de medos e angústias que não serão trabalhadas, gerando uma existência

insuportável, uma fragmentação desse indivíduo com os outros, ou seja, subjetividade mutilada que viverá se mascarando e se ressentindo na divisão do que ele poderia ser e o que está sendo. Esse indivíduo, frustrado e ressentido, acaba por não se responsabilizar por si mesmo e procura culpar o outro por sua falta de determinação, infelicidade e não-realização. Na relação diabólica se produz a divisão do indivíduo com os outros, com a vida e com qualquer alteridade que ameaça a sua fantasia de segurança.

Nota-se, portanto, o impedimento do desenvolvimento humano saudável em todos os níveis dessa população. Se pensarmos na anistia concedida aos torturadores e assassinos da ditadura civil-militar, fica mais claro que a falta de justiça para com a memória e a dignidade dos mortos pelos militares produz uma ferida coletiva latente, principalmente para uma parcela menor da classe média que lutou contra o regime fascista. Essa dor não cessa de pulsar e o desejo de justiça também. E se pensarmos também na matança e na humilhação históricas que produziram uma tristeza estrutural, segundo Paulo Prado em *Retrato do Brasil*¹, em relação a todo tipo de violência que os negros e os indígenas sofreram durante a época da colonização por quase quatro séculos, essa ferida exposta em cada brasileiro se torna um traço estrutural da nossa cultura e talvez o desejo de não querer remexer nela provoque a incapacidade de intracepção que estrutura a personalidade autoritária, no qual se referia Theodor Adorno em *Estudos sobre a Personalidade Autoritária*². Segundo Tiburi (2016) “Uma das características fundamentais da personalidade autoritária, a meu ver, é a incapacidade de se conectar com a própria dor.” E com discursos violentos propagados pelos meios de comunicação de massa transformados em mercadorias de consumo diário, ou de discursos homofóbicos e violentos de políticos, e de pastores neopentecostais, de apresentadores de telejornais policiais sensacionalistas que apelam para a comicidade da tragédia da violência cotidiana, bem como para o populismo penal midiático, de policiais blogueiros que são youtubers e que prendem pessoas enquanto as filma e expõem em seus canais, ou de comunicadores de videocasts e podcasts que defendem um partido nazista e que incitam a violência contra pessoas de ideologia de esquerda, essa grande parcela da sociedade, seja os moradores enlutados e ressentidos das periferias marginalizadas da sociedade quanto os enlutados e ressentidos da classe média, se veem livres para violentar e perseguir os outros considerados diferentes dos padrões morais heteronormativos.

¹ Paulo Prado. **Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira**. São Paulo: Oficinas Gráficas Duprat-Mayença (Reunidas), 2006.

² Theodor Adorno. **Estudos sobre a Personalidade Autoritária**. São Paulo: Ed. Unesp, 2019.

Nessa intensa criminalização do negro e da pobreza, o pobre, que no Brasil é geralmente pardo e preto (dados do IBGE de 2022)¹, se vê constantemente ameaçado, e numa Síndrome de Estocolmo, uma identificação afetiva com o agente da violência como uma forma de afastamento emocional da realidade violenta, por medo de ser considerado uma vítima em potencial, ele acaba por apoiar o seu opressor no desejo de não ser a próxima vítima desse sistema racista e classista. O cenário fascista está montado. O patriarcapitalismo precisa de uma sociedade perturbada psiquicamente, desorientada mentalmente, deprimida espiritual e politicamente, desamparada emocionalmente e cognitivamente dessituada e disassociada para que possa conduzi-la ao próprio precipício sem que ela perceba. E é por meio da propaganda fascista dos meios de comunicação de massa que as pessoas se convencem de que a violência é o único caminho para a solução dos seus problemas. Essa é a dialética do fascismo. Por conseguinte, o esquecimento institucional produz a negação da própria humilhação nacional e histórica e produz um inconsciente coletivo que recalca o sofrimento psíquico, que surge como denegação daquilo que se rejeita por se ver inconscientemente projetado por ela. Nega-se, então, publicamente a humilhação por sempre se sentir humilhado. A negação da própria dor produz uma identidade que, conscientemente nega a sua história, mas ao analisá-la, nota-se a afirmação daquilo que se nega, repetindo os mesmos erros passados, como numa compulsão à repetição freudiana. O inconsciente coletivo revela a sua verdade: sua dor e sofrimento históricos por meio de atitudes e gestos sadomasoquistas. Por causa disso, argumentam Adorno e Horkheimer, “as pessoas recalcam a história dentro de si mesmas e dentro das outras, por medo de que ela possa recordar a ruína de sua própria vida, ruína essa que consiste em larga medida no recalco da história” (2006, p. 178).

Desta forma, é preciso rastrear os mecanismos psicológicos que estão presentes na cooptação e no recrutamento discursivo-publicitário fascista. Não há fascismo sem propaganda negativa que construa uma narrativa grotesca do outro, sem o discurso difamatório e injurioso de um inimigo público que é a raiz de todo mal que a sociedade padece, que, no caso do Brasil, foi o Partido dos Trabalhadores (PT). Isto é, nos governos petistas os pobres ascenderam socialmente, portanto, muitos votaram em fascistas e exigiram intervenção militar em negação à ideologia do próprio partido que os acendeu digna e socialmente.

¹ Leia a matéria completa: <https://www.correiopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/pretos-e-pardos-s%C3%A3o-mais-de-70-dos-pobres-e-extremamente-pobres-aponta-ibge-1.1429623>

Os meios de comunicação de massa produzem discursos autoritários que incitam a violência. O Estado produz sofrimento a milhões de pessoas. Com tanta violência e exclusão, e com a permissão e carimbo dos meios de comunicação, a barbárie está autorizada. Só existe o ódio porque ele é sistematicamente produzido para que seja o afeto a guiar toda a sociedade patriarcal e capitalista que produz seres ressentidos, deprimidos, odientos e com muito desejo de vingança. A tortura social diária que o Estado neoliberal produz com seus aparelhos repressores e ideológicos produz uma vergonha coletiva de si em grande parte da população brasileira, que não se vê tendo a possibilidade de se reconhecer socialmente com orgulho. E para exportar uma imagem de grande paraíso festeiro, o famoso Carnaval brasileiro se torna um verdadeiro dispositivo de poder para dissimular o sofrimento que o próprio Estado opressor produz em seu povo. O Carnaval é, desta forma, uma espécie de placebo diante da profunda melancolia que constitui o espírito de uma grande parcela do povo que não tem direito à vida nem o direito ao luto.

Dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) de 2022¹ informam que mais de 65 milhões de caixas de ansiolíticos foram vendidas aos brasileiros no ano de 2022, o que soma 1,9 bilhão de comprimidos vendidos neste ano. O mais consumido é o psicofármaco Clonazepam, mais conhecido como Rivotril, que é indicado para tratamentos de humor, ansiedade, depressão e outros transtornos mentais. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil é o país mais ansioso do mundo², com cerca de 18,6 milhões de brasileiros tratando a ansiedade constantemente.

Segundo o relatório “Depressão e outros transtornos mentais” da OMS realizado em junho de 2022, o Brasil é o país com a maior taxa de pessoas depressivas da América Latina¹. A ideia de que o povo brasileiro é um povo alegre serve somente à propaganda de Estado que aliena o próprio povo de si mesmo.

¹ Leia as duas matérias sobre o assunto: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cglene4kvjxo#:~:text=Procurada%20pela%20reportagem%2C%20a%20Ag%C3%Aancia,vendas%20no%20Brasil%20em%202022.>

² Leia a matéria neste link: <https://noticias.r7.com/saude/brasil-e-o-pais-mais-ansioso-do-mundo-segundo-a-oms-05062019>

¹ Leia a matéria neste link: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/czkekymmv55o>

5 A MELANCOLIA E O RESSENTIMENTO DOS BRASILEIROS

Freud, em *Luto e Melancolia* (1915), observou que a melancolia se caracteriza pela perda do objeto que, na verdade, é a perda da parte do eu. A partir desse pressuposto, Freud analisou que as recriminações feitas ao objeto amado pelo melancólico são deslocadas para o ego do próprio sujeito, o que indica que a escolha objetal foi feita sobre uma base narcísica e que por meio de uma identificação, também narcísica, o ego do melancólico se fundiu ao próprio objeto. Há uma fusão do desejo que não se materializa com a ausência da simbolização desse luto, o que provoca um torpor narcísico e um profundo vazio ou *náusea* existencial, para lembrar a náusea sartreana. A perda do objeto, desta forma, é uma perda da parte do eu. O melancólico não se queixa de seu sofrer, acredita que o merece, assim como os brasileiros da extrema-direita acreditam merecer tais castigos de seus governantes autoritários que batem continência para os americanos.

Entretanto, o melancólico não dirige a sua dor a ninguém, dirige ela a si mesmo, como se culpasse por amar um objeto perdido: no caso dos fascistas brasileiros, a ideia do Brasil conservador que está sendo perdido. O Brasil, desde o primeiro governo do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2003, tem avançado em políticas públicas centradas na população mais pobre do país, como o auxílio de renda, o programa Bolsa-Família, em reparações históricas com a população negra e nativa com as cotas raciais, como também vem reconhecendo, gradualmente, a dignidade humana e política da comunidade LGBT. Todo este avanço social veio não só com o otimismo de quem se viu tendo mais oportunidades nas universidades e no mercado de trabalho, mas com o ressentimento de grande parcela da classe média, da classe política conservadora, da classe econômica e de parte da classe cultural do país, que enxergou todo esse avanço como ameaça aos seus direitos.

É muito habitual ver essa gente falando negativamente do país e enaltecendo os americanos e europeus. Na obra citada acima, Freud escreve:

Os traços mentais distintivos da melancolia são um desânimo profundamente penoso, a cessação de interesse pelo mundo externo, a perda da capacidade de amar, a inibição de toda e qualquer atividade, e uma diminuição dos sentimentos de autoestima a ponto de encontrar expressão em autorrecriminação e autoenvilecimento, culminando numa expectativa delirante de punição. [...] Apliquemos agora à melancolia o que aprendemos sobre o luto. Num conjunto de casos é evidente que a melancolia também pode constituir reação à perda de um objeto amado. Onde as causas excitantes se mostram diferentes, pode-se reconhecer que existe uma perda de natureza mais ideal.

[...] Se o amor pelo objeto — um amor que não pode ser renunciado, embora o próprio objeto seja— se refugiar na identificação narcisista, então o ódio entra em ação nesse objeto substitutivo, dele abusando, degradando-o, fazendo-o sofrer e tirando satisfação sádica de seu sofrimento. A autotortura na melancolia, sem dúvida agradável, significa, do mesmo modo que o fenômeno correspondente na neurose obsessiva, uma satisfação das tendências do sadismo e do ódio relacionadas a um objeto, que retornaram ao próprio eu do indivíduo nas formas que vimos examinando. (FREUD, 2010, p. 130-133)

Se o amor do melancólico pelo objeto amado se torna ódio e vingança contra si mesmo, por meio da identificação do objeto com o ego do sujeito, fica compreensível que o “amor patriota” dos brasileiros da extrema-direita é, na verdade, um auto-ódio, um ódio ao próprio brasileiro. Nas Ciências Sociais, esse auto-desprezo, esse ódio de si mesmo ou a identificação com o grupo dominante é descrito como um sentimento de rejeição sentido pelo sujeito pertencente a um grupo social de baixo status, diante de suas próprias características consideradas inferiores às dos grupos dominantes. Entra nessa psicodinâmica intersubjetiva a vergonha de ser pobre, de ser preto, de ser homoafetivo, de ser mulher, de ser pertencente a um grupo discriminado e perseguido historicamente. Isso explica, por exemplo, o fato de milhões de jovens das periferias votarem em candidatos que são policiais militares, delegados, coronéis, sargentos e outras personalidades da violência institucional do Estado quando, eles mesmos são os que mais morrem nas mãos desses próprios agentes do Estado.

Um país que se abre política, econômica, social e culturalmente aos grupos historicamente oprimidos se torna menos conservador, mas também se torna objeto de ódio da sua grande parcela autoritária, e aqui leia-se tanto a periferia quanto a classe média, que são autodestrutivas e sadomasoquistas. Entretanto, não se deve abandonar a hipótese de que essa parcela radical do Brasil também seja ressentida; a classe média se ressent por não ser rica nem fazer parte da elite econômica e os pobres se ressentem por vergonha de serem pobres (por serem sujeitos anulados socialmente e privados de direitos básicos num mundo capitalista onde os valores simbólicos, políticos e estéticos estão relacionados ao que o sujeito possui materialmente ou parece ter) e, também, por não terem condições minimamente dignas de sobrevivência. Os pobres se ressentem por viverem uma vida desgraçada, humilhada, desprezada e condenada *ad aeternum* socialmente e, por isso, sem nenhuma perspectiva de futuro. Nessa lógica da medida, o pobre se ressent por não ser classe média, e a classe média se ressent por não ser elite, e a elite se ressent por não ser a elite europeia. Um auto-ódio é cultuado culturalmente. No artigo *Melancolia, ressentimento e laço social: repercussões na clínica psicanalítica* de Henrique

Carneiro *et al* (2006), os autores chegam a conclusão de que os melancólicos e os ressentidos partilham do mesmo afeto: a culpa. Eles observaram que:

Etimologicamente, o ressentimento faz referência aos afetos de rancor, ódio, mágoa e de culpabilidade dirigida ao outro. Trata-se, portanto, da ação do sujeito de endereçar aos outros sentimentos de hostilidade, bem como lhe atribuir a autoria dos males que o afligem. Nesse sentido, a culpa se configura como um elemento comum entre a melancolia e o ressentimento. [...] Para Freud (1913/1976c), a culpa é uma das premissas do laço social, conforme a descrição do mito totêmico (ver *Totem e Tabu*, de Freud). O pai primevo, aquele que era detentor do objeto de gozo, tornou-se alvo da agressividade da fratria. O amor, outrora dirigido ao pai, cede lugar ao ódio, afeto característico do ressentido. Tal momento se caracteriza pela inveja, afeto próximo ao ressentimento, ao objeto de gozo que o pai possui. (CARNEIRO, et al., 2006, 453-454)

Se no melancólico o amor e ódio ao objeto se fundem ao eu do sujeito esvaziando-o, e o sujeito se culpando por não ser amado, no ressentido o narcisismo prevalece, porém o ódio é dirigido ao outro. O ressentimento acontece porque existe uma espécie de administração do gozo em nossa cultura. Isto é, avanços sociais alertam para uma mudança radical na vida e na sociedade em relação aos que não “gozavam” de seus direitos antes. No melancólico a culpa se dirige ao próprio sujeito, que se sente impotente em relação ao objeto - neste caso o país que muda socialmente e o qual eles não tem mais controle-, no ressentido a culpa se dirige aos que “gozando” de cidadania - na mentalidade do sujeito paranoico -, ameaçam a sua espécie de gozar.

6 A ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA DO GOZO

Em *Totem e Tabu, Contribuição à História Psicanalítica e Outros Textos (1912-1914)* no livro *Sigmund Freud, Obras completas vol.11*, Freud analisa o comportamento das tribos primitivas australianas em comparação com o comportamento do neurótico e como se deu a origem dos totens (símbolos sagrados e respeitados das hordas primitivas) e dos tabus (atividades proibidas entre os clãs). Nesse artigo, por meio de um mito, Freud explica a instauração do complexo de Édipo nos homens primitivos enquanto filhos de um pai tirano, que igualmente ao homem civilizado, nutrem amor e ódio ao pai, este que os impedem de ter relações sexuais incestuosas na tribo, ameaçando-os com duros castigos. Após matarem o pai para se satisfazerem

sexualmente, os filhos se sentem culpados e, como forma de revogação do ato, homenageiam o pai, criam um totem, uma espécie de pai simbólico, o qual eles irão obedecer conforme as regras criadas pelo pai tirano morto e, assim, instauram os tabus novamente no clã, como uma espécie de obediência *a posteriori*; e para solucionarem a tensão sexual, eles se relacionam sexualmente entre si. Freud, neste mito que ele criou para explicar a neurose, escreveu:

Eles odiavam o pai, que constituía forte obstáculo a sua necessidade de poder e suas reivindicações sexuais, mas também o amavam e o admiravam. Depois que o eliminaram, satisfizeram seu ódio e concretizaram o desejo de identificação com ele, os impulsos afetuosos até então subjugados tinham de impor-se. Isso ocorreu em forma de arrependimento, surgiu uma consciência de culpa, que aí equivale ao arrependimento sentido em comum. O morto tornou-se mais forte do que havia sido o vivo; tudo como ainda hoje vemos nos destinos humanos. Aquilo que antes ele impedira com sua existência eles proibiram então a si mesmos, na situação psíquica da “obediência a posteriori”, tão conhecida nas psicanálises. Eles revogaram seu ato, declarando ser proibido o assassinio do substituto do pai, o totem, e renunciaram à consequência dele, privando-se das mulheres então liberadas. Assim criaram, a partir da consciência de culpa do filho, os dois tabus fundamentais do totemismo, que justamente por isso tinham de concordar com os dois desejos reprimidos do complexo de Édipo. Quem os infringia tornava-se culpado dos dois crimes que inquietavam a sociedade primitiva. (FREUD, 2012, 141-142)

Importante atentar para o trecho em que Freud escreve que “Depois que o eliminaram, satisfizeram seu ódio e concretizaram o desejo de identificação com ele”. Ou seja, os filhos do pai tirano se percebem também tiranos e livres para fazer o que quiserem, porém a culpa pelo parricídio faz com que eles projetem este afeto no totem, que serve como substituto do pai que servirá como uma espécie de lei que organiza a horda do fratricídio. Instaura-se aí a base comum da religião, principalmente a cristã, em que o deus tirano se faz carne e é morto por seus filhos cheios de ódio e depois se torna símbolo de redenção deles. A culpa, neste sentido, organiza uma cultura autoritária num acordo cúmplice e tácito de sempre amar o pai tirano acima de todas as coisas, sempre obedecê-lo e jamais desonrar sua memória.

O ódio e as violências recorrentes aos grupos minoritários politicamente, por exemplo, é uma espécie de fratricídio no que se refere à desobediência ao totem e o desrespeito ao tabu imposto por ele. O ressentimento de ver o outro gozar de liberdade, tanto sexual como política, e ao mesmo tempo, violando o tabu, faz ressurgir o ódio ao dissidente da ordem tirânica do clã. E, por meio de Michel Foucault, em *História da Sexualidade - a vontade de saber*, fica evidente

que o discurso religioso é, há muito tempo, um discurso político sobre a administração do prazer com o próprio corpo e com o corpo do outro, cuja finalidade imperativa é sempre a da reprodução sexual. Então o discurso de ameaça à família, aos bons costumes e à moral nada mais é do que um dispositivo do poder para conter aqueles que, não reproduzindo sexualmente, não podem gozar de humanidade e cidadania. O ódio dirigido ao outro tem relação com essa administração social, política e cultural do gozo. Nesse sentido, padres, pastores, políticos de direita e da extrema-direita se unem com o mesmo objetivo: eliminar os dissidentes sexuais.

Ao mesmo tempo em que odeiam o gozo alheio, essa parcela dos brasileiros goza com o sadismo do líder autoritário, seja ele político ou religioso, porque, afinal, eles se culpam por não conseguirem evitar a desonra à memória do pai após a sua “morte” (aqui entende-se a morte por decadência e enfraquecimento simbólico). O que se pode concluir é que o patriarcado está em crise, e isso significa, simbolicamente, a morte do pai autoritário, do *pater familias*, do líder religioso que não consegue mais conter seu rebanho. É o enfraquecimento da lei que impera simbolicamente no inconsciente. Desta forma, o avanço em políticas que modifiquem a mentalidade, a cultura e a sociedade em suas estruturas, é uma forma de assassínio do pai e de desonra aos totens, como também representa uma violação ao tabu, no regime de pensamento autoritário. É como se o gozo estivesse sendo liberado para todos e o incesto entre os irmãos dos clãs fosse liberado, então surge a culpa que serve como combustível para o ressentimento e para o ódio ao outro que insiste em quebrar os “tabus”.

Então, o que entra em cena nesse círculo vicioso de ódio é o ressentimento coletivo dos conservadores brasileiros, que exercem o poder no Estado, nas empresas privadas, nas grandes emissoras de televisão, nos espaços religiosos e nas empresas de comunicação digital, espaço, inclusive, que tem se tornado um verdadeiro campo de guerra de desinformação com mentiras sobre candidatos de esquerda disparadas para milhares de pessoas instantaneamente. Vale destacar o papel fundamental dos líderes-empresários das igrejas neopentecostais nessa fiscalização do gozo alheio e disseminação de fake news sobre os debates sociais como criminalização da homofobia, lei que garante o nome social às pessoas transgêneras, legalização do aborto ou regulamentação da maconha, por exemplo, entre outros temas propostos nos últimos anos pelo PT e outros partidos de esquerda, como o Psol (Partido Socialismo e Liberdade). Esse desejo de que o país volte ao “normal” tem tomado conta do debate político, que sempre tem como base a pátria, Deus e a família, ou seja, é o desejo de que o totem seja honrado e o tabu seja mantido no clã, pois os “irmãos” sentem que o pai está

sendo colocado em segundo plano. Num artigo para a revista *Serrote*, a psicanalista e intelectual Maria Rita Kehl, afirma que o ressentimento chegou ao poder no Brasil e afirma:

Faz sentido, para o psicanalista, tomar a ética de Espinosa para pensar sobre o ressentimento. Antes de mais nada, porque a lógica do ressentido ignora o sujeito – este que, para a psicanálise, atreve--se a pagar o preço pelo seu desejo e, portanto, a investir em escolhas “desejantes”. A lógica do ressentimento, que bem se adapta à demanda das sociedades capitalistas, concebe o ser humano não como sujeito, e sim como indivíduo – este que não reconhece sua divisão subjetiva. Ocorre que aquele que se pensa como indivíduo (i.e., indivisível, não dividido) precisa forçar-se continuamente a estar de acordo com as determinações do superego – muitas das quais advindas da moral comum. Ele não se deixa reger pelo desejo, mas pelos mandatos e interdições morais, que respondem não ao sujeito desejante, e sim à imagem de perfeição que o indivíduo quer oferecer ao mundo e reconhecer no espelho. (KEHL, 2020, s.p)

Reflete-se, neste trecho do artigo de Kehl, que o sujeito ressentido acredita ser um indivíduo, ou seja, que ele decide por tudo sozinho e que nada o impede. Freud escreveu que “o ego não é senhor em sua própria casa” em *Uma dificuldade da psicanálise (1917)*, fazendo alusão à obediência do ego ao superego.

7 A POPULAÇÃO ENQUANTO MASSA

O sujeito ressentido é um sujeito obediente à ao desejo imperativo do outro, bem como à moral do superego, e obedece à moral cegamente, pois é submisso e quer ser bem-visto por todos. Freud, em *Psicologia das Massas e Análise do Eu (2017)*, analisando a obra *Psicologia das Multidões¹* de Gustave Le Bon, escreve:

Visto que a massa não tem dúvidas quanto ao verdadeiro e ao falso, e ao mesmo tempo tem consciência de sua grande força, ela é tão intolerante quanto crédula na autoridade. Ela respeita a força e se deixa influenciar O que ela exige de seus heróis é força, inclusive violência. Ela quer ser dominada, oprimida e temer seus senhores.

¹ Le Bom, Gustave. *Psicologia das Multidões*, Lebooks Editora, 2022.

No fundo completamente conservadora, ela tem a mais profunda aversão a todas as novidades e progressos, e um respeito ilimitado pela tradição. (FREUD, 2017, p.51)

Se nas massas, o sujeito é obediente às sugestões do líder, quer ser dominado por ele, exige força e violência dele, tem apego à tradição, tem certeza de tudo que o líder lhe diz e se comporta como um hipnotizado, essas características explicam a cegueira moral, ética e também uma certa incapacidade cognitiva dessa parte dos brasileiros que se entrega aos discursos autoritários, e agindo como seitas, deliram com informações falsas sobre doutrinações “gayzista”, “comunista”, “feminazis” entre outras ideias delirantes.

No Brasil, líderes como os pastores e empresário Silas Malafaia da Igreja Assembleia de Deus *Vitória em Cristo*, Romildo Ribeiro Soares (RR Soares) da Igreja Internacional da Graça de Deus, André Valadão da Igreja Batista da Lagoinha, Marcelo Crivella, que é deputado federal e bispo e da Igreja Universal do Reino de Deus e Edir Macedo, que é bispo e empresário, dono da empresa-igreja Universal do Reino de Deus, entre tantos outros se uniram ao empresariado ultraconservador como Luciano Hang da empresa Havan, Afrânio Barreira, proprietário do Coco Bambu, José Koury, dono do shopping Barra World, no Rio de Janeiro, entre outros se manifestaram a favor de Jair Bolsonaro e Havan até ameaçou demitir seus funcionários, caso eles votassem no Lula para a presidência em 2018. O poder político se uniu ao poder religioso e empresarial e à mídia hegemônica brasileira, que é conservadora e antipetista e, assim, o povo todo foi transformado em massa de manobra dos interesses dos políticos conservadores e fascistas, dos donos dos meios de comunicação, dos empresários e religiosos mercadores da fé.

Desta forma, pode-se dizer que grande parte dos brasileiros se comportam como massa, isto é, seres que abdicaram de sua racionalidade e se entregaram ao delírio coletivo produzido pelas fake news e pelos discursos mistificadores dos políticos de extrema-direita, ou do jornalista da rádio fascista ou do pastor autoritário machista. As fake news tem como objetivo criar pânico moral na sociedade e inflamar o ódio da massa incapaz de pensar racionalmente. Insatisfeitos com as políticas sociais que representam um desenvolvimento cultural e político ao país, esses radicais que constituem a massa se veem infelizes em suas vidas chatas e medíocres, ressentidos com a felicidade alheia, como observa Kehl:

Esta seria, no sentido geral, uma resposta característica da neurose: em vez de perseguir a direção indicada pelo desejo, o sujeito escolhe a segurança subjetiva de “fazer o que deve ser feito”, pensar de acordo com o que se deve pensar e reprimir ou ignorar fantasias que se

desviem de um suposto caminho bem-sucedido. O que Freud chamou de “covardia moral” do neurótico consiste em tais escolhas por caminhos seguros, onde não haja riscos de deparar com nada que lhe indique desejos contrários ao caminho certo para uma vida “normal”. [...] Pois é justamente em relação às consequências dessa mesma vida chata que aquele que orientou suas escolhas pela servidão voluntária um dia há de se ressentir. Só que, ao deparar com sua infelicidade (ou, no mínimo, com a mediocridade de sua vida), o ressentido há de tentar culpar alguém. Esse é o recurso do ressentido para não ter que avaliar suas escolhas, e depois se arrepender. (KEHL, 2020, s.p)

A submissão do ressentido o leva a “fazer escolhas seguras” e o discurso conservador e fascista vem com toda sua retórica no debate político a fim de se recuperar o valor social e cultural do totem, ou seja, do pai tirano no imaginário do povo brasileiro, para assim, conservar os tabus sob o *manto* da ideologia burguesa conservadora. No entanto, a perseguição aos “incestuosos” se torna uma arma política do discurso fascista que sempre produz um inimigo público que deve ser combatido e eliminado da sociedade. Kehl analisa que:

O arrependimento dói, mas pelo menos revela algum tipo de questionamento. O ressentido, ao contrário, *não se arrepende* nem se questiona. Ele não suporta a condição (que é de todos nós) de sujeito dividido: que entra em dúvida, que se ilude e se engana, que ignora o *desejo que o constitui*. Para não ter de se deparar com sua divisão subjetiva, o ressentido escolhe um culpado a quem atribuir seu infortúnio. Eis aqui uma característica do ressentimento bem fácil de identificar: a necessidade de eleger culpados a quem acusar quando a barra pesa. Ou quando a vida fica besta. “Eu sofro: alguém deve ser culpado por isso.” Este seria, para Nietzsche, o *leitmotiv* do ressentimento: procurar um culpado por ter causado suas frustrações. (KEHL, 2020, s.p)

Neste sentido, os culpados, na mentalidade dos brasileiros paranoicos, sempre serão os que, corajosamente, trabalham para produzir uma sociedade melhor cultural, econômica, política e socialmente. Isso explica muito bem a perseguição aos professores, intelectuais e aos artistas engajados numa arte e/ou num trabalho emancipador da opressão ideológica patriarcal e capitalista. O ódio e o ressentimento dos brasileiros são, desta forma, manipulados em direção à manutenção da sociedade capitalista brasileira.

A filósofa, escritora, artista visual e ativista feminista Marcia Tiburi, em *Complexo de Viralata*, afirma que “o combate à memória em países colonizados é uma prática comum.” e acrescenta que:

A questão do apagamento como prática diária nos confronta com a nossa memória em um mundo de arquivos digitais em que o ato de lembrar se torna a cada dia menos

importante.[...] Apagando a nossa memória, apagamos a nós mesmos. A negação de si produz um sentimento de inexistência. Transformados em zés-ninguém pelo sistema político e econômico, muitos de nós procuramos um modo de nos tornarmos alguém em meio aos espectros oferecidos pela indústria cultural, seja da comunicação, seja da religião do mercado, seja da corporação capitalista. A busca por referências, modelos e paradigmas nos quais se espelhar produz delírios autoritários e fascismos. Tipos psicossociais de alto impacto performático são figuras que muitos acabam por imitar. (TIBURI, 2021, p.29-31)

Desta forma, Tiburi lança a reflexão sobre o método dos jogos do poder autoritário que se encontra aos olhares atentos de todos diariamente por meio dos espetáculos de horrores sempre em cena na sociedade brasileira: repressão de suas dores e recalçamento de sua memória, silenciamento e exílio aos que ousam nomear as personalidades fascistas da cultura política, vigilância, castigo e punição às feministas, intelectuais e artistas, criação e manipulação de pautas falsas e instauração de falsas polêmicas por meio de *trends topics* gatilhadas por fake news em redes sociais, criação de mais canais no Youtube (como videocasts), cujos discursos neonazistas se legitimam em nome da liberdade de expressão sem limites e irrestrita, vendas de produtos como livros, entre outras práticas. Todas essas ações objetivam o mesmo fim: eliminar o dissidente político de esquerda com a retórica da tríade sagrada do capitalismo: a família, Deus e a pátria, tudo isso para que o avanço devastador do neoliberalismo continue sem incômodos. Outrossim, é notório que Alípio Freire não errou ao escrever que o “pau-de-arara também sobreviveu” e, mais, o pau-de-arara continua muito em cena. Talvez, de maneira até mais espetacular.

É digno de nota lembrar o que Sérgio Buarque de Holanda escreveu em *Raízes do Brasil* quando disse que “ainda somos uns desterrados em nossa terra”, isto é, os brasileiros não se sentem apropriados do seu próprio país, pois tudo lhes falta: da terra ao alimento, do direito à educação à história, do direito à memória à verdade. Dessarte, poder-se-ia dizer que os moradores do morro do Jacarezinho, por meio do autoritarismo do Estado brasileiro, foram impedidos de viver seu luto e simbolizá-lo para, conseqüentemente, contar a sua história a fim de tratar suas feridas. Neste sentido, simbolizar o luto é um direito à autonomia, de fortalecimento do sujeito perante as perdas da vida, tanto no campo pessoal quanto no coletivo, e da possibilidade de uma produção de uma nova autoimagem desse sujeito que, percebendo que ele não é só vítima da opressão, que ele não só perde o objeto de amor, mas também é capaz de se reerguer e amar outro objeto e assim, poder desejar novamente e amar seu destino, percebendo-se um sujeito novamente potente. Nesta esteira lógica, Ricoeur recorre também à psicanálise freudiana para

afirmar que o impedimento do luto, do tratamento das feridas e do trauma, impede que o sujeito possa simbolizá-lo, de criar linguagens para elaborar o luto e assim tratar suas perdas:

É a constituição bipolar da identidade pessoal e da identidade comunitária que, em última instância, justifica estender a análise freudiana do luto ao traumatismo da identidade coletiva. Pode-se falar em traumatismos coletivos e em feridas da memória coletiva... [...] O que se deve evocar aqui é a relação fundamental da história com a violência. [...] Aquilo que celebramos como acontecimentos fundadores são essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um estado de direito precário. A glória de uns foi humilhação para outros. À celebração, de um lado, corresponde à execração, de outro. Assim se armazenam, nos arquivos de memória coletiva, feridas simbólicas que pedem uma cura. [...] Pode-se dar mais um passo e sugerir que é no plano da memória coletiva, talvez mais ainda do que da memória individual, que a consciência entre trabalho de luto e trabalho de lembrança adquire seu sentido pleno. O fato de se tratar de feridas do amor-próprio nacional justifica que se fale em objeto de amor perdido. É sempre com perdas que a memória ferida é obrigada a se confrontar. O que ela não sabe realizar é o trabalho que o teste de realidade lhe impõe: abandonar os investimentos pelos quais a libido continua vinculada ao objeto perdido, até que a perda seja definitivamente interiorizada. (RICOEUR, 2007)

Entretanto, o que o significado de *manto* que o dicionário Michaelis traz em comum com o poema de Freire, os versos de Melo e o evento no morro do Jacarezinho? Quando Freire diz que o pau-de-arara ainda sobrevive, um fato que comprova tal barbárie é a ação da 25ª DP de Engenho Novo. Se Ricoeur nos fala da importância e necessidade de se criar narrativas contra oficiais, como fazer isso se o Estado persegue e desapropria o brasileiro desse direito? Ricoeur discorre sobre o trabalho do luto, que é imprescindível para a saúde psíquica do sujeito, bem como, em analogia à história, é imprescindível para a saúde coletiva de uma nação. Mas como simbolizar o luto da perda do objeto, do “amor-próprio nacional”, a “dor latente” e expor ainda mais a dor da ferida histórica?

Deste modo, a ação oficial de demolição do muro memorialístico no morro do Jacarezinho revela que, enquanto sujeitos políticos, conscientes de si e de sua própria história, bem como a história do seu país, essa grande parcela da população brasileira é impedida de elaborar suas dores. Desta forma, a melancolia que outrora seria um estado transitório entre o sofrimento da perda, o trabalho do luto e a aceitação, se torna uma característica do espírito coletivo impedido de cicatrizar suas próprias feridas. De um lado então temos os moradores das grandes periferias enlutados, mas com desejo de vingança por seus mortos, e, do outro lado, temos os ressentidos, vivendo em seus condomínios de classe média ou de classe média alta, colocando a culpa dos avanços sociais no “comunismo dos governos progressistas” e nos grupos minoritários politicamente que somente reivindicam os direitos declarados na Constituição de 1988. Mas,

dialogicamente, essas duas classes são melancólicas, visto que o signo do design subjetivo do sujeito moderno é a melancolia, como afirma Marcia Tiburi em *Complexo de vira-lata: análise da humilhação brasileira* (2021), que abordarei mais adiante. Mas o que pode resultar do encontro do enlutado com o ressentido, ambos melancólicos? Resulta em massa delirante buscando apontar um culpado e desejando vingança. Desta forma grande parte dos brasileiros acaba por constituir uma massa autoritária, que gosta de provocar dor aos grupos oprimidos historicamente, e goza com o sofrimento deles de maneira sádica, bem como gosta de sofrer nas mãos de líderes autoritários e goza com esse próprio sofrimento.

Impedidos de elaborar os próprios traumas, os brasileiros são impelidos a viverem sob a autoritária violência institucional e humilhação constantes, como aconteceu com os moradores da periferia do Jacarezinho, assim como os artistas e intelectuais que estão sendo censurados por produzirem livros, filmes e discursos que desmascaram o autoritarismo institucional. Com a perseguição aos intelectuais e artistas, muitos tiveram que se exilar para se manterem vivos, entre eles a filósofa gaúcha Marcia Tiburi, o deputado federal Jean Wyllys e a antropóloga, escritora, documentarista e pesquisadora Débora Diniz.

8 EXÍLIOS

Marcia Tiburi é professora de Filosofia, intelectual pública, escritora de ensaios filosóficos famosos como “Filosofia Prática: ética, vida cotidiana, vida virtual”(Record, 2014), “Como conversar com um fascistas: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro” (Record, 2015), “Ridículo Político: uma investigação sobre o risível, a manipulação da imagem e o esteticamente correto” (Record, 2017), “Delírio de Poder: psicopoder, loucura coletiva na era da desinformação” (Record, 2019), “Feminismo em Comum: para todas, todes e todos” (Rosa dos Tempos, 2018), “Complexo de vira-lata: análise da humilhação brasileira” (Civilização Brasileira, 2021), “Como derrotar o turbotecnomachonazifascismo ou seja lá o nome que se queira dar ao mal que devemos superar” (Record, 2020) entre outros ensaios. Nos romances, Tiburi também se destaca com uma trilogia íntima em *Magnólia - vol. I* (Bertrand Brasil, 2005), *A Mulher de Costas - vol. II* (Bertrand Brasil, 2006), *O Manto - vol. III* (Record, 2009). Em 2012 lançou *Era meu esse rosto* (Record), em 2016 lançou “Uma fuga perfeita é sem volta (Record), em 2018 lançou *Sob os pés, meu corpo inteiro* (Record), em 2019 lançou uma coletânea de contos chamada *Quatro passos sobre o vazio* (Ed. Nós), em 2021 lançou *Um*

fascista no divã, em co-autoria com Rubens Casara (Ed. Nós), *O contrário da solidão* (Ed. Nós) e em 2023 lançou *Com os sapatos aniquilados*, *Helena avança na neve* (Ed. Nós). Marcia também é ativista feminista e artista visual e participava de muitos debates e entrevistas em canais jornalísticos e políticos, em eventos literários do Brasil inteiro, mas durante uma participação sua em 2018 no programa de rádio *Guaíba*, em Porto Alegre (Rio Grande do Sul), em que foi convidada para debater a prisão política de Lula, viu-se numa emboscada midiática: o seu debatedor seria o Kim Kataguirí, coordenador do Movimento Brasil Livre (MBL), o maior grupo de agitadores fascistas do país. Marcia se recusou a debater com alguém que usa clichês, fake news, estereótipos ideológicos, falas mistificadoras e apologias ao autoritarismo, como escreveu em sua carta aberta ao apresentador do programa¹, e se retirou do futuro debate. Após esse ocorrido, Tiburi teve seus eventos de lançamentos literários sempre alvo de ameaças de massacre, de ameaças de morte a sua vida e até teve seu apartamento em São Paulo arrombado e revistado. No mesmo ano, ela foi candidata à governadora do Rio de Janeiro pelo Partido dos Trabalhadores e teve que ser escoltada durante toda a campanha eleitoral. Com ajuda de instituições internacionais, exilou-se em março de 2019, indo para os Estados Unidos e depois para Paris, na França.

Jean Wyllys é escritor, jornalista, diretor musical, roteirista de televisão, apresentador e foi deputado federal duas vezes pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) no Rio de Janeiro. Wyllys levou a pauta do casamento civil igualitário entre pessoas LGBT aos programas de televisão em todas as emissoras do Brasil, participou de diversos programas sobre debate político, criou diversos projetos de leis que exigiam regulamentação trabalhista aos profissionais do sexo, bem como a regulamentação da maconha e um projeto de lei que regulamentasse o aborto no Brasil. Em 2016, durante a votação parlamentar sobre o impeachment da então presidenta Dilma, Jean foi ofendido por Jair Bolsonaro e Eduardo Bolsonaro, seu filho, com insultos e injúrias homofóbicas ao votar contra o golpe de Estado (como sempre era ofendido por Bolsonaro e seus filhos sistematicamente nos corredores da Casa Parlamentar, como já afirmou em diversas entrevistas) e cuspiu na cara de quem viria a ser, então, presidente do Brasil em 2019.

¹ Carta aberta a Juremir. Link de acesso: <https://revistacult.uol.com.br/home/marcia-tiburi-kim-kataguiri/>

O deputado foi vítima de milhares de fake news produzidas pelo Gabinete do Ódio¹ que diziam que ele estava criando um projeto de lei que alterava a Bíblia, que ele queria incluir a letra *P* de pedófilo na sigla da comunidade LGTBQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Pansexuais, Queers, Intersexuais e Assexuais, entre outros), entre outras aberrações delirantes. Com a propagação dessas fake news pelo gabinete, Jean passou a receber milhares de ameaças de morte e, por meio da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), pediu uma medida cautelar ao governo interino de Michel Temer, do Partido Social da Democracia Brasileira (PSDB), que negou e viu poucos esforços da Polícia Federal em punir os produtores das mentiras, como afirmou em entrevista ao canal Bee40tona no YouTube². Jean teve que desistir de seu 3º mandato consecutivo e se exilou em janeiro de 2019 para Barcelona, na Espanha.

Debora Diniz é antropóloga, escritora, documentarista e professora da Universidade de Brasília (UnB) e foi a primeira a se exilar do país, juntamente de sua família, ainda em 2018 após a decorrência sistemática de várias campanhas de difamação e linchamento público nas redes sociais, sobretudo, pelo WhatsApp após a pesquisadora participar do debate pelo direito ao aborto até a 12ª semana de gestação no Supremo Tribunal Federal, em agosto de 2018. Combinado a isso, reiteradas ameaças de morte foram feitas a ela, aos seus pais, ao seu marido, aos seus alunos, e até à reitora da universidade via telefone, gerando uma onda de terror psicológico, medo diário de ser assassinada ou ter familiares assassinados a qualquer momento. As ameaças chegaram ao ponto de cogitarem um massacre na UnB, caso ela continuasse dando aulas na instituição, como afirmou ela ao Jornal *A União*³.

Incluída pela revista norte-americana *Foreign Policy* como um dos 100 maiores pensadores globais, tendo sido premiada no *Fest Aruanda*, em 2007, é cofundadora da Anis - Instituto de Bioética, é membra da Câmara Técnica de Ética e Pesquisa em Transplantes do Ministério da Saúde, membra do *Advisory Committee do Global Doctors for Choice/Brasil*, é vice-presidente do quadro *International Women's Health Coalition*, e também integra a equipe do blogue Vozes

²¹Documento do STF (Supremo Tribunal Federal) explica como funciona o “Gabinete do Ódio”:
<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/documento-do-stf-explica-como-funciona-o-gabinete-do-odio/>

¹ Entrevista de Jean ao programa. Aos 40 minutos da entrevista, Jean fala da omissão da Polícia Federal:
<https://www.youtube.com/watch?v=COkCGEyBMH8>

¹ Matéria sobre o desterro: https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_politicas/desterrados-3-201csai-para-protoger-minha-familia-e-a-comunidade-academica201d-disse-debora-diniz#:~:text=D%C3%A9bora%20Diniz%2C%20antrop%C3%B3loga%20e%20docente,redes%20sociais%20e%20pelo%20Whatsapp

da Igualdade. Dentre suas pesquisas mais relevantes, está a Pesquisa Nacional do Aborto (PNA), publicada em 2010, que mostrou que uma em cada cinco mulheres até os 40 anos já fez, pelo menos, um aborto, o que representa cerca de cinco milhões de mulheres no Brasil, com idade entre 18 e 39 anos.

A pesquisa cobriu 83% do território urbano brasileiro, incluindo informações sobre a faixa etária, religiosidade, regionalidade, escolaridade e etnia das mulheres alfabetizadas que já abortaram alguma vez na vida e os impactos da magnitude dos abortos clandestinos nessas *Public Health Literature, da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS)*. O estudo foi publicado em 2010 pela *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, pela mesma revista. Portanto, as ameaças diárias a levaram a cancelar sua participação em várias palestras, eventos científicos, como fóruns mundiais, obrigando-a a declinar de convites, inclusive de ser paraninfa de turmas na UnB. Aconselhada pelo Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do governo federal, ela foi para o exterior com seu companheiro. Todos esses exílios têm como fundo de terror a execução da socióloga, ativista feminista negra, mestra em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e vereadora Marielle Franco, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em 14 de março de 2018. Marielle foi brutalmente assassinada, juntamente de seu motorista, Anderson Pedro Mathias Gomes, na Estácio, Região Central do Rio de Janeiro por milicianos do Rio das Pedras. Diante dessa execução, diversos intelectuais, políticos de esquerda e ativistas dos direitos humanos se viram ameaçados da mesma forma, caso prosseguissem com suas lutas. Muitos outros tantos brasileiros se exilaram sem querer tornar público a decisão.

Exílio, perseguição e espionagem aos críticos, maus-tratos aos jornalistas, hostilidade e ameaça à imprensa brasileira, desemprego e fome atingindo altos níveis, criminalização e aumento de assassinatos dos jovens negros de periferias causados por militares, governo militarizado, saudações e discursos de apoio ao nazismo proferidos por parlamentares e violência generalizada e deliberada. Como se não bastassem as semelhanças com os anos de chumbo, o governo Bolsonaro utilizou a Lei de Segurança Nacional para enquadrar críticos à sua gestão, a exemplo do youtuber Felipe Neto, que chamou o presidente de genocida, assim como milhares de outros brasileiros que o chamaram durante a má condução da pandemia que, por negligência política, pela produção de fake news sobre as vacinas, por estimulação ao desrespeito aos protocolos básicos da OMS (Organização Mundial de Saúde), pelas piadas

feitas pelo próprio presidente diante dos milhares de mortes causadas pelo vírus da Covid-2, que chegaram a 600 mil pessoas.

9 O SADOMAQUISMO BRASILEIRO: O COMPLEXO DE COLOMBO E O COMPLEXO DE VIRA-LATA

Tiburi fala do complexo de Colombo e do Complexo de vira-lata para interpretar filosoficamente essa relação dialética sadomasoquista que parte da população brasileira acaba aderindo aos interesses da classe dominante:

A matriz subjetiva da colonização como incapacidade de reconhecer o semelhante no outro produz uma ação, a do cancelamento do outro como sujeito de direitos. Se é verdade que “o colonialismo cria o patriotismo dos colonizados”¹, no caso do Brasil, o complexo de vira-lata seria uma espécie de nacionalismo invertido, um ódio brasileiro ao próprio Brasil e ao seu povo. Nesse sentido, conseguimos entender por que no Brasil é fácil sentir-se estrangeiro na própria casa. (TIBURI, 2021, p.128)

No capítulo “Ferida” de sua obra *Complexo de vira-lata*, Tiburi (que usa a peça *Hamlet* de Shakespeare para analisar o design que inaugura uma nova subjetividade no sujeito da era moderna), escreve sobre a ferida que nos constitui e que, por não podermos simbolizá-la e impedidos de narrá-la, ainda permanece doendo:

A história da subjetividade da qual fazem parte os processos de intersubjetivação não se separa da história de desamparo, da violência e do sofrimento dos povos. Trata-se de uma ferida. E a ferida é uma metáfora que pode nos servir de categoria filosófica para pensarmos a dor que carregamos em nós. [...] No entanto, creio que é preciso produzir uma aproximação com a imagem dessa ferida aberta que, a meu ver, está na base de toda a catástrofe que conhecemos e que continuamos a repetir. É preciso aprender a se conectar com a própria dor e entender que nossos laços se dão pelo sofrimento que sentimos. (TIBURI, 2021, p.132)

Tiburi fala pela primeira vez do complexo de Colombo - e posteriormente, em *Complexo de vira-lata*, 2021) em sua obra *Como conversar com um fascista*, lançado pela editora Record em 2015. Nele, a autora inaugura uma coleção antropofilosófica sobre o Brasil, seguido por *O Ri-*

¹ MEMMI, Albert. Retrato do colonizado. Ed. LAIOVENTO, 2016, Santiago de Compostela, Espanha.

dículo político, lançado em 2016, *Delírio do poder*, lançado em 2019 e *Como derrotar o turbotecnomachonazifascismo*, lançado em 2020. O complexo de Colombo, segundo a autora, caracteriza-se pelo discurso e por práticas autoritárias, seja individual ou por abusos coletivos e institucionais sob uma lógica do princípio da identidade que visa sempre a negação do outro enquanto semelhante no intuito de explorá-lo, docilizá-lo e dominá-lo. No capítulo *Alteridade, redes sociais e a questão indígena no Brasil*, ela escreve:

O papel de vários jornalistas enquanto agentes de discurso tem sido a própria continuação do “método” de Colombo. [...] Trata-se do discurso daquele que introjetou a colonização de que foi objeto. É o discurso colonizado que se reproduz como discurso colonizante. O discurso da aliança colonizador-colonizado não apenas nega um lugar para o “outro” ao projetar sobre ele uma verdade que não lhe diz respeito, mas do mesmo modo, só alcança este efeito se antes substancializar este outro como “negativo”. A negatividade é, segundo a lógica do princípio da identidade, o que na ordem da cultura surge como algo indesejável. (TIBURI, 2015, p.159)

Compreende-se por meio das últimas reflexões que o povo brasileiro, impedido de narrar sua história, impedido de criar memórias, de simbolizar o seu luto, se entrega ao mistificante discurso autoritário a fim de estancar sua dor, de curar suas feridas por meio de discursos que prometem soluções mágicas. a retórica do discurso patriótico vem nesse sentido de resgatar o amor-próprio da nação, de curar feridas históricas (sabe-se que de forma demagógica) mas, como Tiburi já afirmou, o patriotismo brasileiro é de um patriotismo às avessas. E o que acaba acontecendo quando se elege um autoritário é o oposto do que se desejava e ansiava (se este eleitor, no caso, tenha sido ingênuo e posteriormente se viu enganado) porque o autoritário quer fazer doer, criar mais feridas e não as tratar e curá-las.

10 O DESEJO DE MATAR

O Brasil, com sua elite sadista, cria espaços para os discursos autoritários e usa a dor da população contra ela própria para continuar produzindo dor, remexendo antigas feridas e criando outras, num eterno círculo vicioso de tortura verbal, psicológica, política, social, cultural e econômica. Parece que o brasileiro internalizou o seu torturador por falta de esperança, por descrença na política ou por desejo de vingança ou desejo de matar, como escreve Tiburi analisando Hamlet e o seu desejo em cena ao perseguir o tio na tentativa de se livrar do fantasma do pai.

Na terra do fascismo tropical, o “fantasma” é o Estado autoritário e seus agentes discursivo-ideológicos, incluindo aqui igrejas neopentecostais, emissoras de televisão e redes sociais tanto quanto os agentes repressores, os policiais e os “criminosos fardados da lei”, os milicianos. No capítulo *Desejo de matar*, a filósofa escreve:

O pai de Hamlet entra em cena como uma fantasmagoria que quer se vingar de seu assassinato. O pai de Hamlet é uma espécie de morto-vivo. Um pai que vampiriza o filho. [...] O pai tem todo o poder sobre a mente de Hamlet. A alucinação a ser intimamente suportada é a lei do pai, o *pater potestas* (grifo do autor). O pai fantasma não foi interiorizado senão como uma imagem autoritária que retorna como uma forma exterior conhecida. [...] Se Freud tem razão, se de fato Hamlet representa o Édipo na modernidade, não é um exagero dizer que somos todos Hamlet's (TIBURI, 2021, p.113).

Tiburi traça sua análise a partir deste personagem emblemático da literatura inglesa. Deprimido, melancólico, Hamlet, em comum afinidade com Édipo, aparece em Freud em sua obra publicada chamada *A interpretação dos sonhos* (Die Traumdeutung) de 1900. Nele, Freud fala que a repressão e o recalque das nossas emoções é que estão em jogo na cena do cotidiano da nossa civilização. Freud argumenta nesta obra que a produção subjetiva dos indivíduos se dá pela experiência estética, isto é, sobre aquilo que vivemos e experienciamos em nossa sensibilidade através da arte. E na sociedade do espetáculo é a nossa sensibilidade é que se torna vítima da publicidade política e do assédio da propaganda capitalista:

O recalque é um decalque sobre o sujeito no tempo histórico. Ele é o design da subjetividade que atravessa o tempo histórico e nos situa como *repetições de uma mesma imagem* (grifo meu). A subjetividade é também partilha de uma imagem complexa que nos forma. ela é o conjunto de linguagem, da força do texto e das imagens, ou seja, das *impressões de que fomos feitos* (grifo meu). (TIBURI, 2021, p.91)

Se a nossa subjetividade é desenhada por aquilo que consumimos em forma de linguagem, os discursos, os filmes, as novelas, os programas de televisão, os telejornais, os programas de rádio, e mais atualmente, as redes sociais, nos formam (ou nos deformam) enquanto sujeitos. Se a experiências com a linguagem nos constitui, o que introjetamos de discursos e imagens constituem o nosso imaginário e faz prevalecer a ideologia dominante.

11 A MANIPULAÇÃO DA MEMÓRIA

Se os sujeitos são constitutivamente produzidos a partir de repetições de imagens, a memória artificial produzida pela história oficial é a memória manipulada produzida pelo Estado brasileiro a fim de atender à ideologia da elite econômica, política e cultural brasileiras. Mas se os brasileiros são impedidos de criarem as suas próprias narrativas, as suas próprias memórias, resta ao povo o ressentimento advindo dessa humilhação institucional, que configura um abuso e que, doravante, transforma o desejo latente de vingança em um desejo patente de matança generalizada conduzido por um líder autoritário que manipule e hipnotize bem as massas. Essa condução de um desejo latente para uma execução de um projeto fascista num país só é possível porque há os meios de comunicação de massa agindo contra a democracia e, que produz discursos violentos, machistas, homofóbicos e racistas Brasil adentro.

Nas camadas mais vulneráveis, mas em expansão na classe média, há os discursos fundamentalistas de pastores neopentecostais que criam um clima de “guerra fria” para que os avanços sociais sejam contidos. Impedidos de serem autônomos, de serem livres e sentindo-se eternos escravos da Casa Grande, os brasileiros, humilhados, enlutados e ressentidos, se entregam à cólera hamletiana:

Ele se tornou o nosso molde moderno, o emblema, a imagem que fala por nós. Hamlet é o sujeito deprimido pela figura do poder que lhe pede sua tristeza, que pede para que ele não se relacione com nada mais do que sua vingança neurótica e histérica. Sujeitos da melancolia e da vingança, somos vítimas do princípio de morte. A vingança é a exigência de Tântos e, como não sabemos bem contra o que, ou contra quem nos vingamos, nos vingamos de todos, uns contra os outros. A guerra de todos contra todos tem como base a vingança. (TIBURI, 2021)

A ferida aberta que não cessa a “dor latente” é escamoteada por meio dos discursos “viralistas” manipuladores de nossos afetos.

12 A COMPULSÃO À REPETIÇÃO QUE NOS LEVA AO FASCISMO

Na última eleição presidencial, em 2018, na qual a maioria dos brasileiros elegeu um homem declaradamente fascista, foi muito utilizada a indignação coletiva enquanto sujeitos humilhados para angariar votos da classe média e dos pobres, enfim, da população brasileira tratada como massa eleitora nessas épocas. O que entra em cena nos discursos são as feridas patrióticas que existem nos brasileiros (ser colonizado, ser negro escravizado, ser latino-americano etc) e

os ressentimentos advindos delas. Esta reflexão leva-nos a pensar na compulsão à repetição freudiana, em que o indivíduo repete uma dinâmica psicológica e comportamental de uma ação sofrida preteritamente e que, operacionalizada pela mente toda vez que o trauma ou a neurose for engatilhada, age repetidamente no presente como se revivesse o passado sofrido e uma vez que a mente recalçou essa lembrança ou situação traumática, o indivíduo age semelhantemente diante de situação-problema, até consciente de que repete o erro do passado, mas sem conseguir evitar a compulsão por não ter elaborado simbolicamente seu sofrimento psíquico. Ricoeur fala sobre a compulsão à repetição histórica, ou da memória-repetição (ou da imagem-repetição) que nos impede de avançar:

O excesso de memória lembra muito a compulsão à repetição, a qual segundo Freud, nos leva a substituir a lembrança verdadeira, pela qual o presente estaria reconciliado com o passado, pela passagem ao ato: quantas violências no mundo valem como acting out “no lugar” da lembrança! (RICOEUR, 2007, p.92)

O autor nos escreve que há uma memória permitida, autorizada, rememorada e celebrada porque a dominação não se dá somente pela força física, mas pelo discurso, pela retórica:

Contudo, é no nível em que a ideologia opera como discurso justificador do poder, da dominação, que se vêem mobilizados os recursos de manipulação que a narrativa oferece. A dominação, como vimos, não se limita à coerção física. Até o tirano precisa de um retórico, de um sofista, para transformar em discurso sua empreitada de sedução e intimidação. [...] Nesse nível aparente, a memória imposta está armada por uma história ela mesma “autorizada”, a história oficial, a história aprendida e celebrada publicamente. (RICOEUR, 2007, p.98)

Desta forma, a poesia “Recostura” de Marcelo Mário de Melo, bem como de todos os presos políticos da ditadura militar e as prosas dessa literatura de testemunho configuram um arsenal histórico-poético para se combater, no plano da elaboração do passado, o autoritarismo institucional ainda tão vigente no Brasil. A produção textual desses poetas compõe um corpo esquecido e torturado pelo poder na tessitura textual da história, do tecido da sociedade e no imaginário social que se quer exumado, ressuscitado, reavivado pela luz da ética em união com a politização da estética. Uma nova produção imaginária e uma elaboração do nosso passado pode confluir saudavelmente com os discursos antifascistas que estão sendo produzidos por artistas, intelectuais, políticos de esquerda e movimentos sociais em todo o Brasil. E essa é a tarefa política que constitui um devir ético-histórico para quem produz uma ciência que caminhe sob a luz do autoesclarecimento e do esclarecimento social, linguístico e cultural.

13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta monografia foram expostas algumas razões possíveis que levaram (e levam) os brasileiros a se identificarem com as figuras autoritárias e seus discursos. Longe de tentar buscar uma verdade, mas interpretações filosóficas e psicanalíticas desses fenômenos sociais brasileiros, e por meio das leituras das obras acima, compreende-se que a condição de humilhados dos brasileiros os coloca em estado de prontidão ao líder fascista. Os discursos fascistas captam o ressentimento, a inveja, a mágoa, a vergonha e a tristeza de uma sociedade a fim de culpar um grupo ou vários. Nas periferias o luto é infinito, na classe média a inveja da elite também. Vale lembrar que essas duas classes são muito trabalhadoras, todavia não se sentem reconhecidas como deveriam pelo Estado, confluindo todos os sentimentos negativos vividos diariamente por essas classes em um estado melancólico que descamba em auto-ódio.

Em tempos de crise do capitalismo, o fascismo sempre surge como um interdiscurso num jogo de linguagem (entende-se por jogos de linguagem a manipulação ou deturpação dos signos em determinados contextos para determinados fins) que estimula o pior dos seres humanos a fim de que uns guerreiam contra os outros para que a destruição do Estado Democrático de direito possa acontecer sem muito alarde. A intenção desses jogos e discursos é distrair o povo das reais preocupações que ele deve ter. Porém o povo é transformado em massa num processo de lavagem cerebral diário e incessante, principalmente, via redes sociais por youtubers, digitais influencers e videocasters, por seus líderes religiosos, bem como por jornalistas desonestos com os fatos sociais e históricos do país. E todos os discursos inflamados de ódio dessa parte da sociedade que vive a produzir delírios incessantes inflam na população o medo, o pânico e o desespero e abre as portas para o mal radical, do qual Hannah Arendt escreveu em *Origens do Totalitarismo - Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*.

Ricoeur fala de excesso de memória se referindo à memória oficial, autorizada, que comete abusos contra a história coletiva. Nesse sentido, uma certa memória é permitida, comemorada e celebrada contra a identidade do próprio povo. Nos últimos versos do poema *Recostura*, Melo escreve “Resta então / rasgar o manto / E refazer a costura”. Entendendo manto enquanto ideologia que encobre a verdade, enquanto memória produzida pelos vencedores da história, os colonizadores, resta ao próprio povo então resistir e continuar produzindo, sob toda as formas de censura e repressão, linguagens antiautoritárias.

Refazer a história, significa ouvir o próprio povo e por meio do reconhecimento deste, criar formas de simbolização das dores passadas e presentes, das perdas e das derrotas para que se possa haver condições de reconciliação com esse passado que não cansa de se repetir e, assim, como escreveu Ricoeur, “*salutar a crise de identidade que possibilita uma reapropriação lúcida do passado e de sua carga traumática*”. É urgente, portanto, elaborar o passado para se entender a dor do presente e lutar por boas perspectivas de futuro.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. 16ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

CARLYLE, Thomas. **Critical and Miscellaneous Essays in Five Volumes**. Vol. II. Londres: D. Appleton & Company, 1870.

CARNEIRO, H. F; MAPURUNGA, J. R. S.; SILVA, J. B.; COSTA, R. M. L. (2006). **Melancolia, ressentimento e laço social: repercussões na clínica psicanalítica**. Revista Mal-Estar e Subjetividade, 6 (2), 450-471.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: vontade de saber**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988.

FREUD, Sigmund. **A interpretação dos sonhos (1900): Sigmund Freud - Obras completas** Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____, Sigmund. Luto e melancolia. **Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____, Sigmund. **Psicologia das Massas e Análise do Eu**. Porto Alegre (RS): L & PM, 2017.

_____, Sigmund. **Totem e Tabu, Contribuição à História do Movimento Psicanalítico e Outros Textos (1912-1914): Sigmund Freud - Obras completas vol.11**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____, Sigmund. **História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), Além do Princípio do Prazer e Outros Textos (1917-1920): Sigmund Freud - Obras Completas vol. 14**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GAGNEBIN, J. M. **O rastro e a cicatriz: metáforas da memória**. Pro-Posições, Campinas, SP, v. 13, n. 3, p. 125–133, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643942>. Acesso em: 29 jul. 2022.

GARCÍA, Gustavo V. **La literatura testimonial latinoamericana**. Madrid: Pliegos, 2003.

GINZBURG, Jaime. (2015). **Linguagem e trauma na escrita do testemunho**. Revista Conexão Letras, 3(3). <https://doi.org/10.22456/2594-8962.55604> Edição v. 3 n. 3 (2008): Linguística/Literatura e Encontro e Pesquisa.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KEHL, Maria Rita. **O ressentimento chegou ao poder?**. Serrote, Rio de Janeiro, v.33, n. 33, janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.revistaserrote.com.br/2020/01/o-ressentimento-chegou-ao-poder-por-maria-rita-kehl/>

MELO, Marcelo Mário de. **Adversos resistentes**. Recife: MMM Produtos Culturais, 2019.

PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus Editorial, 1994.

RODRIGUES, Nelson. **À sombra das chuteiras imortais: crônicas de futebol**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

TIBURI, Marcia. **Como conversar com um fascista: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.

_____, Marcia. **Complexo de vira-lata: análise da humilhação brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2021.

_____, Marcia. Avanço do fascismo e do autoritarismo com Marcia Tiburi - parte 1. Youtube, 8 de junho de 2016. 1h21m. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P6HP7WdniNw&t=1596s>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2023.

PUCHEU, Alberto (Org.). **Poemas para exumar a história viva: um espectro ronda o Brasil**. São Paulo: Editora Cult, 2021.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____, Paul. **Tempo e Narrativa** (tomo I). Campinas, SP: Papyrus, 1994.

SARTRE, Jean-Paul. **A náusea**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2021.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O testemunho: entre a ficção e o real. In: ____, org. **História, memória, literatura**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

VELOSO, Caetano. **Língua**. Rio de Janeiro: Philips, 1984. Suporte (4:10)

VERNANT, Jean Pierre. **L'individu, Ia mor!, I'amour**. Paris: Gallimard, 1989.